

4. Os desafios dos assistentes sociais que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua numa Central de Recepção

Nosso objetivo neste capítulo é discutir as perspectivas e desafios dos assistentes sociais que trabalham na Central de Recepção em foco nesta dissertação, a partir das entrevistas realizadas.

Para facilitar a compreensão, dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira, apresentamos algumas informações que servirão para contextualizar a nossa discussão. Focalizaremos a própria central de recepção, a rotina da instituição, bem como o processo de recepção e de encaminhamento das crianças e adolescentes. Na segunda parte, abordaremos os principais temas que emergiram das entrevistas realizadas. De particular relevância para nós é o foco sobre alguns aspectos relacionados ao novo perfil de crianças e adolescentes que temos observado em nossa experiência.

4.1. A Central de Recepção

Começamos por descrever a Central de Recepção, porta de entrada para a rede de assistência municipal. Para realizar essa contextualização, utilizaremos documentos elaborados pela direção e distribuídos aos funcionários, com o intuito de estabelecer uma rotina de atendimento.

A Central de Recepção é uma unidade de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) destinada à recepção, estudo de caso e encaminhamento de crianças e adolescentes em situação de rua. De acordo com alguns documentos que colocam a rotina da Instituição e que foram distribuídos e confeccionados pela a direção na época de nossa posse na Prefeitura do Rio de Janeiro, a instituição centraliza as informações sobre as crianças e adolescentes atendidos pelo Sistema de Proteção Municipal, no sentido de contextualizar a situação de rua de cada sujeito, para que não haja sobreposições de ações, buscando a eficácia dos encaminhamentos na tentativa de garantir a inclusão social.

Possui entre seus objetivos específicos:

- Centralizar o quantitativo de vagas dos abrigos e casas de passagem para o procedimento dos encaminhamentos
- Garantir a proteção social no sentido de garantir sua saída imediata das ruas

A metodologia de trabalho implementada por este equipamento, visa contribuir para a desarticulação da representação social que associa o espaço da rua como espaço de moradia legítima, oferecendo alternativas concretas de saída imediata das ruas, ao mesmo tempo em que busca compreender as reais motivações que os levaram às ruas e propor formas de sua superação.

Este equipamento funciona 24 horas por dia e acolhe as crianças e adolescentes de ambos os sexos para posterior encaminhamento aos serviços de atendimento.

4.2. A rotina da Central de Recepção¹

Em Seguida, destacamos alguns dos procedimentos que fazem parte da rotina da Central de Recepção.

Recepção e Acolhimento:

A recepção das crianças e adolescentes deverá ser feita pela equipe técnica e envolve o cuidado, a higiene e a alimentação. Após, haverá o encaminhamento deste para a continuidade do atendimento pela equipe de assistentes sociais e psicóloga.

Entrevista:

A entrevista refere-se à busca de dados da criança e adolescente com objetivo de construir o conhecimento através de sua história oral, familiar e institucional. Assim como sua situação escolar e de saúde; que são anexados ao seu prontuário.

Atividades:

Após as entrevistas, as crianças e adolescentes são incluídas nas atividades de caráter breve que estiverem sendo desenvolvidas no momento. Estas atividades tem como objetivo principal serem instrumentos de reflexão sobre a situação de rua, servindo como recurso de espera enquanto os contatos estão sendo realizados com vista ao seu encaminhamento.

¹ Ressalto que a rotina é baseada em orientações realizada pela a direção da instituição e distribuída em forma de apostilha aos funcionários em fase de treinamento.

Estudo de Caso:

Iniciado após entrevista, onde é realizado uma discussão entre a equipe técnica com vistas ao melhor encaminhamento do caso social. É realizado também contato com o Conselho Tutelar e a pesquisa jurídica junto às Varas da Infância e Juventude, para localizar algum processo ou o acompanhamento deste. Bem como é feito o contato com outras instituições onde o usuário já tenha passado. Os contatos servem para a busca de vínculos familiares e o desvendamento da história de vida.

É importante acrescentar que a equipe técnica é multiprofissional com abordagem interdisciplinar. Ela é formada por profissionais de Serviço Social, Psicologia e Educadores Sociais. Como profissionais de apoio contamos com: administrativos, cozinheiros, auxiliar de serviços gerais, porteiros e motoristas. Embora pareça perfeito demais, essa multidisciplinariedade acaba ocorrendo naturalmente uma vez que a rotina é tão demandante que precisamos nos apoiar uns nos outros, ou seja, por vezes precisamos apoiar a equipe de educadores e vice-versa, os papéis às vezes se misturam.

Nesta perspectiva, o trabalho da Central de Recepção realiza interface com os diversos atores sociais. Este equipamento funciona 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana. Ressalto que a mesma é uma Unidade que trabalha em regime aberto, ou seja, a criança e o adolescente não são obrigados a permanecer na Central de Recepção, se esta não for a sua vontade. As evasões são a nossa válvula de escape, pois não temos condições físicas de comportar muitos usuários. Podemos colocar ainda que o *stress* é presente na equipe freqüentemente e esse fato pode ser um fator relevante capaz de alterar na nossa forma de trabalhar.

4.3. Um dia na Central de Recepção

Apesar das orientações e dos documentos recebidos, na prática nem tudo funciona como no papel. O material abaixo, baseado na minha experiência profissional no cotidiano de trabalho tem o propósito de mostrar com um toque de realidade como as coisas acontecem no dia-a-dia...

Passamos a uma descrição de como transcorre um dia de trabalho na Central de Recepção. Isso é feito a partir da minha experiência profissional, para que o leitor possa ter uma idéia mais concreta, próxima do real, sobre o lugar e a dimensão do trabalho.

A equipe de educadores sociais trabalha em esquema de plantão (12hX36h) e cada equipe de trabalho é composta por 4 educadores sociais, 1 cozinheiro, 1 auxiliar de cozinha, 3 técnicos por período (manhã, tarde e noite, perfazendo um total de 14 técnicos/semana), 1 diretora, 1 assessora de direção, 2 auxiliar de serviços gerais, 1 porteiro, 2 agentes administrativo e 2 motoristas.

Ao chegar de manhã, às 7h, na Central de Recepção para mais um dia de trabalho devemos, em primeiro lugar fazer a chamada “passagem de plantão” com a equipe que estava de plantão durante a madrugada. Essa passagem de plantão é realizada tanto pela equipe técnica quanto pela a equipe de educadores. Nesta, é passado notas sobre o andamento do equipamento, ressaltado alguma passagem ou comportamento de algum adolescente que fuja à rotina e alguns prováveis encaminhamentos que poderão ser realizados ao longo do dia. Então realizamos a listagem com os nomes dos usuários que estão dormindo neste dia. Assim, podemos analisar cada caso e dar prosseguimento a cada um deles.

Normalmente acabamos recebendo encaminhamentos feitos para as outras Centrais de Recepção, mas que, como não funcionam à noite, recebemos as crianças para que possam dormir neste equipamento. Então, pela manhã, alguém os busca ou nós os levamos. Depois verificamos se há algum caso que deva ser encaminhado para os Conselhos Tutelares (como, por exemplo, crianças ou adolescentes que chegam a

Central de Recepção por meio de Delegacias ou abordagem). Eles são encaminhados ao Conselho Tutelar de origem para que este possa tomar ciência e avaliar o caso, e então decidir quanto às providências cabíveis.

É importante ressaltar que a criança ou o adolescente que chega à Central de Recepção para o cumprimento de alguma medida de proteção (determinada pelo Conselho Tutelar), normalmente tem uma medida de abrigo². Cabe ressaltar que se tiver alguém que deva ser encaminhado para o Conselho Tutelar, mas que seja da área de abrangência de alguma das outras duas Centrais, estes são encaminhados para a sua Central de referência.

Isto posto, é possível visualizar os casos que são da nossa responsabilidade. Assim, verificamos se é preciso encaminhar primeiro para avaliação do referido Conselho Tutelar ou se já possui um parecer ou determinação de abrigo do referido órgão ou da Justiça.

Depois, checamos também como uma rotina, a situação na Justiça de cada adolescente atendido, buscando verificar se estão em descumprimento de alguma medida sócio-educativa. Se a resposta for positiva, o encaminhamos para a 2ª Vara da Infância e Juventude (VIJ) para cumprimento da mesma. Ou para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) em caso de mandado de busca e apreensão em aberto. Ressalto que este mapeamento pode ser feito diretamente na 2ª VIJ ou na DPCA.

Depois, começamos a ligar para todos os abrigos da rede própria e conveniada à Prefeitura do Rio de Janeiro, que atendem o perfil do usuário que se encontra na Central de Recepção com o objetivo de realizar o levantamento de vagas disponíveis, para podermos encaminhar os nossos usuários para abrigo. Temos que confessar que esta parte é uma das mais difíceis, pois a resposta mais comum que escutamos é NÃO TEMOS VAGAS.

² Cabe ressaltar que só encaminhamos para abrigo crianças e adolescente com medida de abrigo determinada pelo Conselho Tutelar ou Vara da Infância e Adolescência, que são os órgãos competentes e que possuem essa função expressa em lei

Durante o dia recebemos crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar, operações de abordagens, Fundação da Infância e Adolescência (FIA), equipes de abordagens e delegacias, onde são recepcionados de forma parecida. Ao chegar, passam por entrevista com a equipe de educadores onde é preenchido uma ficha de identificação – que por vezes é a única informação que teremos daquela criança ou adolescente. Depois são encaminhados para banho e, em seguida, é dado algum alimento, dependendo do horário (lanche, almoço, jantar ou ceia). Depois são atendidos pela equipe técnica onde são realizados os encaminhamentos necessários e, dependendo da criança, é mais uma a esperar por vaga.

Verificamos que os usuários que chegam através de operações são as mais difíceis de atendimento, pois são quando eles chegam de forma mais agressiva e muitas vezes sob o efeito de drogas.

Nos procedimentos de abordagens nas ruas (“operação”), as crianças e adolescentes são convencidos a vir para a Central ou então lhe é prometido alguma coisa que não é possível cumprir. Quando as operações são feitas, em sua maioria, com apoio policial e nem sempre eles vêm por espontânea vontade. Desta forma, podemos chamar de “operações de recolhimento”. Cabe ressaltar, que oficialmente o nome dado a esses procedimentos são abordagens de rua.

São encaminhados primeiro para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), onde é feito Registro de Ocorrência e sarqueamento, que consiste na verificação junto a Justiça se o adolescente encontra-se com algum mandado de busca e apreensão. A seguir, são separados os que residem no município dos que residem fora, pois os de fora são levados para a FIA e os do município são levados para a Central de Recepção. Ressalto que na DPCA eles ficam dentro do ônibus da guarda municipal e só saem para falar com os policiais e retornam ao ônibus. Observamos que esses procedimentos são muito demorados. Muitas vezes a operação começa por volta das 4h ou 5h da manhã e eles só chegam à Central de Recepção por volta das 13h. Desta forma que é bastante compreensível que estejam arredios e agressivos e por vezes sob o efeito de drogas.

Depois de todo esse procedimento, será que podemos continuar utilizando a expressão “abordagem de rua”? Embora estes procedimentos sejam politicamente incorretos, eles são aceitos pela população em geral, uma vez que crianças em situação de rua podem provocar medo. Podemos citar como exemplo a Chacina da Candelária em 1992. Na ocasião, este episódio causou revolta em parte da população, principalmente, aquela que trabalhava direta ou indiretamente com este grupo. Mas pode-se dizer que houve um sentimento de alívio e aprovação por uma outra parte da população para a qual a simples presença da população de rua parece causar temor. Estas reações muitas vezes levam a pressões por parte da opinião pública no sentido de se “limpar as ruas”.

O recebimento de uma operação é sempre um momento tenso. Normalmente colocamos os usuários que já estão no equipamento para dentro ou para a parte de trás da casa, deixando a parte da frente para os que estão chegando. Para tentar controlar um pouco a situação, todos são colocados próximo à parede, formando uma fila onde são chamados um por um para a revista feita pelos educadores. Este procedimento tem o objetivo de excluir a possibilidade da entrada de drogas no equipamento. Isso é importante porque já se detectou a chegada de adolescentes com drogas escondidas, como maconha, *tinner*, cola e até mesmo, cocaína e *crack*.

Depois é feita a entrevista para preenchimento do livro de casos pelos educadores sociais. É comum também que eles forneçam nome falso para a polícia e quando chegam na Central de Recepção dão o verdadeiro. Em seguida, são encaminhados para o banho e é distribuído o lanche, que às vezes é utilizado como objeto de controle dos mesmos, dependendo do estado que chegam. Após isso, verificamos os que evadiram e os que ficaram, pois é sabido que as evasões ocorrem após a comida. Então é feita a entrevista pelos técnicos e registrado em seus prontuários, o episódio de sua passagem ou evasão. Normalmente, a maioria dos que chegam em operação já possuem prontuário na Central de Recepção. É realizado a cada operação um relatório para o nível central (SMAS) com dados sobre a população abordada.

No final do plantão, às 19h, é passado para o plantão da madrugada o movimento da Central durante o dia. Assim, reportam-se os casos marcantes e as pendências para o dia seguinte, para que esta equipe repasse as informações para a equipe do dia seguinte. A equipe técnica utiliza como instrumento, além no prontuário da criança e do adolescente, livro de casos e livro de recados. Ressalto que a equipe de educadores sociais utiliza como instrumento o livro de recados e de casos. Neste são registrados dados pessoais de todas as crianças e adolescentes que entram na Instituição diariamente.

Ao todo há 2 equipes de educadores sociais e de apoio que trabalham que trabalham no horário diurno (12hX36h); 2 equipes de educadores sociais e apoio que trabalham no horário noturno (12hX36h), e 14 técnicos que trabalham em 3 plantões de 12h que se dividem entre os dias da semana e compõem a escala nos finais de semana e feriados.

Cabe ressaltar que as rotinas do dia e da noite são bem diferentes. Durante a noite a equipe se reduz a 4 educadores, 1 assistente social e 1 cozinheira. E o número de adolescentes na Instituição pode variar de noite para noite. Normalmente costuma girar em torno de 10 a 15 usuários. Podendo também receber usuários através de “operações” e abordagens, entre outros. No turno noturno, todos da equipe, inclusive a técnica, trabalham em plantões de 12hX36h. As operações durante a madrugada são mais complicadas porque não há a “escala” na DPCA. Eles vêm da rua para a Central de Recepção diretamente. Logo, eles chegam ainda mais agressivos e sobre a euforia da droga.

Durante o dia muitas vezes eles chegam sobre o efeito da “larica da droga”, ou seja, o estado de depressão causado pela droga. O procedimento da recepção é bem parecido com o já dito anteriormente. A diferença é que, às vezes, eles não esperam tanto para evadir ou vão dormir logo e só evadem no dia seguinte, antes do encaminhamento ou durante o encaminhamento.

Uma das coisas mais difíceis durante a noite é que não há outros órgãos em funcionamento. Há como opção somente o hospital e polícia. Essa é a nossa retaguarda durante a noite. Os conselheiros tutelares só são acionáveis através do

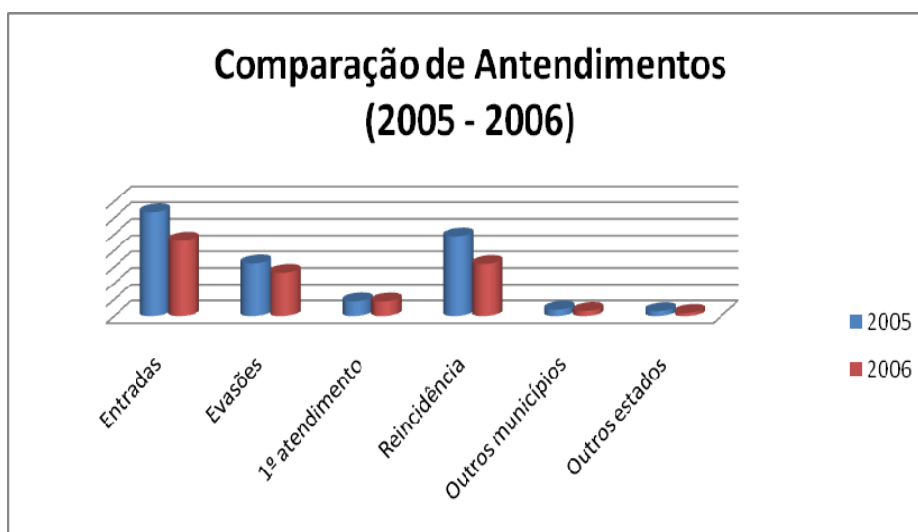
celular, a despeito do que diz o Estatuto, ou seja, que devem funcionar 24 horas por dia. Portanto, na prática, são acionados somente em casos de emergência e não há garantia de que resolva alguma coisa, uma vez que não estão na sede e não têm acesso a prontuários e a história da criança ou adolescente. Outro obstáculo é a dificuldade de acesso às comunidades, durante a noite, devido à violência.

4.4. Os Números da Central de Recepção

Analisando os dados obtidos nos anos de 2005 e 2006, é possível traçar um perfil das crianças e adolescentes que estão em situação de rua. Eles apontam também para a mudança no perfil dessa população, como discutiremos a seguir.

Tabela 3 – Fluxo do atendimento na Central de Recepção em 2005 e 2006.

	2005	2006
Entradas	6353	4645
Evasões	3221	2656
1º atendimento	885	875
Reincidência	4898	3189
Outros municípios	392	312
Outros estados	298	194

Gráfico 5 – Fluxo de Atendimentos

De acordo com os dados acima, podemos verificar que as entradas diminuíram, as evasões também, mas em proporção menor que a da entrada. O 1º atendimento é quase igual, há uma queda na reincidência que é alta. O seu maior público é da população do Rio de Janeiro. As evasões são quase que 50% em relação 1ª entrada na Central.

Podemos ainda observar que a Central de Recepção é um equipamento por onde circulam muitas das crianças e adolescentes que estão em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. O grande número de evasões nos leva a indagar sobre a forma em que são abordados e chegam ao estabelecimento. Como vimos, muitas vezes, chegam de forma compulsória, através de operações de abordagem, acompanhados pela Polícia ou outras instituições de coerção do Estado.

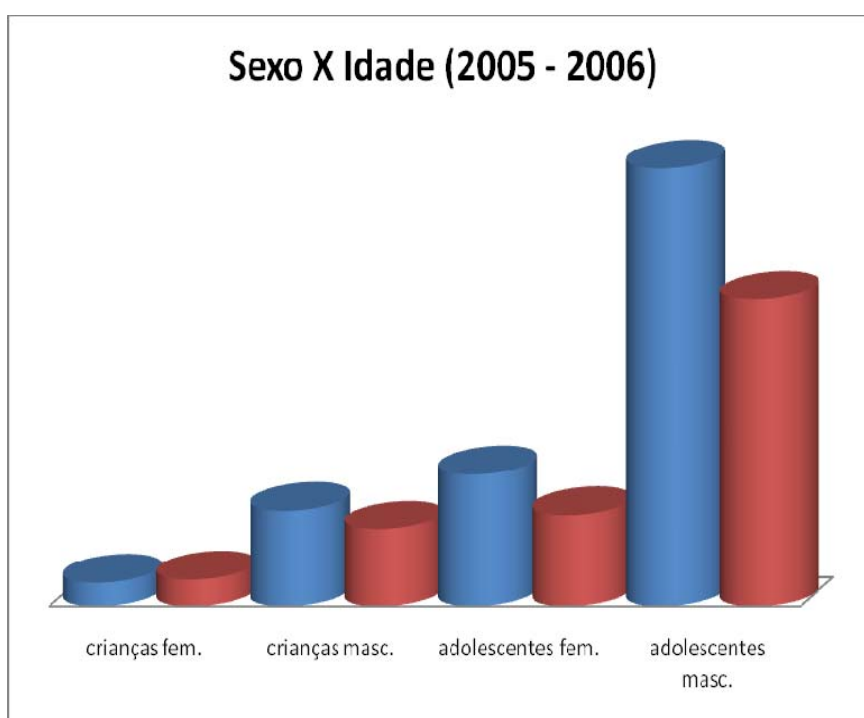
Percebemos que em 2006 há uma pequena diminuição no número de atendimentos deste equipamento, em relação ao mesmo período em 2005. Cabe ressaltar que esse fato pode ser em decorrência da implementação do SUAS (Sistema único de Assistência Social) no Rio de Janeiro e suas ações de prevenção. Acrescenta-se a isso, o advento do Bolsa-Família como principal programa de redistribuição de renda do Governo Federal. O número de reincidência também é alto,

pois, como já dito anteriormente, muitos deles são abordados pela mesma operação ou acontece ainda que caso ele já esteja abrigado e evada do abrigo, para retornar a sua vaga precisa passar por uma Central de Recepção.

Tabela 4 – Sexo X Idade³ dos usuários da Central de Recepção, 2005 e 2006

Ano	2005	2006
Crianças/ feminino	209	236
Crianças/ masculino	856	687
Adolescentes/ feminino	1180	817
Adolescentes/ masculino	3930	2752

³ Nesta dissertação utilizamos a normatização expressa no ECA onde são considerados crianças aqueles indivíduos de possuem entre 0 a 12 anos e adolescentes aqueles que possuem entre 13 a 17 anos.

Gráfico 6: Sexo X Idade dos usuários da Central de Recepção

Podemos observar que a maior parte dos usuários da Central de Recepção é do sexo masculino e são adolescentes, ou seja, possuem entre 13 e 17 anos. Este perfil vem aparecendo em estudos realizados desde os anos 80. Porém, observa-se um número mais alto de meninas, pois em geral esta proporção era de cerca de 10% do total encontrado nas ruas. Sabemos que estes dados não se referem à população que se encontra nas ruas e sim aquela que chega a Central de Recepção. Mas mesmo assim esta proporção significativa de meninas é surpreendente.

Uma possível explicação para este aumento da população feminina se deve ao advento das drogas. Observa-se uma maior presença de meninas em atividades de prostituição em troca da droga. E no tráfico servem de “mulas” pois despertam menos suspeitas do que os meninos.

Percebemos também um outro dado preocupante: o aumento do número de crianças que chegam a nós em idades cada vez mais precoces, tornando-se, cedo, vítimas da violência. Estes dados só se referem a quem é recolhido ou chega lá e não

realmente quem está na rua, mas podemos apontar para uma mudança no perfil dessa população visível hoje. Atualmente temos observado que essa população vem utilizando drogas mais pesadas e em idades mais precoces. O uso das drogas, sobretudo o *crack*, tem sido apontado um elemento de atração dessas crianças para as ruas. E as políticas públicas e os programas existentes não têm sido capaz de dar uma resposta a essa nova problemática.

Em seguida, descreveremos os caminhos que percorremos para estudar este problema, refletindo com assistentes sociais que atuam junto com esta população.

4.5. Metodologia utilizada em nosso estudo exploratório

As entrevistas

Para estudarmos as perspectivas e desafios apontados pelos assistentes sociais focalizados nesta dissertação, realizamos entrevistas semi-estruturadas. Partimos de roteiro de entrevistas previamente elaborado. Entrevistamos seis assistentes sociais, sendo que uma delas faz parte da direção do equipamento. Todos os profissionais entrevistados são do sexo feminino e são funcionárias públicas. Destaca-se que entraram na prefeitura como assistentes sociais no concurso público de 2003 e são bastante jovens. A maioria sendo este a sua primeira experiência profissional ou a primeira experiência na área da Assistência Social.

As entrevistas não foram gravadas por solicitação das participantes. Elas foram realizadas na própria Central de Recepção e transcorreram sem maiores dificuldades. As mesmas se mostraram bastante receptivas, pois tinham o desejo de expor algumas angústias em relação ao trabalho, dividir experiências e buscar algumas respostas para os desafios vividos diariamente. No entanto, observamos que todas tiveram uma fala reduzida e um pouco defensiva. Essa postura é compreensível uma vez que todas se encontravam em estágio probatório. Pode-se perceber o medo de se expor e sofrer represálias. Mesmo assim, pôde-se observar em suas reflexões, diversos pontos que revelam uma grande distância entre o que está no papel e o que ocorre na prática.

De acordo com Goldenberg (1999), metodologia significa o estudo dos caminhos e dos instrumentos utilizados para a realização de uma ciência, questionando a construção do objeto científico e problematizando a relação sujeito-objeto construída. Ou seja, em caso de objetividade impossível, a metodologia busca a auto-crítica (subjetividade controlada por si mesma) e a crítica (subjetividade controlada pelos outros). Para Minayo (1995:16) “(...)a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” .

Consideramos de extrema relevância o uso da técnica de observação. A pesquisa foi realizada através do trabalho que desenvolvo como assistente social da Instituição acima referida. A importância destes instrumentos de pesquisa reside no fato de ser possível ao pesquisador detectar uma série de situações que passam despercebidas na análise das entrevistas.

A nossa pesquisa utilizará ainda como recurso, a análise temática, que segundo Minayo,

(...) consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença de frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado. Ou seja, tradicionalmente, a análise temática se encaminha para a contagem de frequência das unidades de significação como definitórias do caráter do discurso ou, ao contrário, qualitativamente a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso". (Minayo, 1994: 209)

Segundo a autora, a análise temática desdobra-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretações.

A pré-análise consiste na organização do material a ser analisado. Nesta etapa, deve-se retomar as hipóteses e os objetivos iniciais da pesquisa e reformulá-los frente ao material coletado, bem como elaborar os indicadores⁴ capazes de orientar a interpretação final.

A fase de exploração do material é a mais longa, podendo ser necessário fazer várias leituras de um mesmo material. Consiste na transformação dos dados coletados (dados brutos) com o objetivo de alcançar o núcleo de compreensão do texto. Primeiramente, recorta-se o texto em unidades de registro; em seguida, são escolhidas as regras de contagem, uma vez que são construídos índices que permitem alguma forma de quantificação. Por último, realiza-se a classificação e a agregação dos dados, escolhendo-se as categorias teóricas que permitirão a especificação dos temas.

⁴ De acordo com Rapozo *apud* Carvalho (s/data), indicador é um fator ou conjunto de fatores que sinaliza ou demonstra a evolução, o avanço, o desenvolvimento rumo aos objetivos e às metas do projeto.

O tratamento dos resultados obtidos e interpretação ocorrem, geralmente, a partir de princípios de tratamento quantitativo, mas por se tratar de procedimentos de análise qualitativa, deve-se desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto, ou seja, o analista deverá propor inferências e realizar interpretações previstas no seu quadro teórico ou abrir pistas em torno de dimensões sugeridas pela leitura do material.

Tratada na fase de exploração do material, em geral, a categoria se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que têm relação entre si e é empregada para estabelecer classificação. Desse modo, trabalhar com categorias significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de englobar tudo isso.

A seguir discutiremos os resultados obtidos a partir das entrevistas. Os principais tópicos abordados pelas assistentes sociais que trabalham com essa população foram:

- (1) Visões das assistentes sociais sobre as políticas públicas e serviços oferecidos;
- (2) Questão da abordagem;
- (3) Questão de retaguarda;
- (4) Precariedade de infra-estrutura;
- (5) O mundo das drogas: a grande incógnita?

4.6. Visões das assistentes sociais sobre as Políticas Públicas e serviços oferecidos

Quando perguntamos às entrevistadas como entendiam o papel das políticas públicas na área de Assistência Social para o enfrentamento das situações em que se encontram as crianças e adolescentes em situação de rua, as mesmas responderam que a Política deveria ser capaz de garantir direitos de cidadãos a essa população, incluindo o resgate da cidadania, inclusão social e proteção social. Apontaram ainda que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é um avanço para o enfrentamento desta problemática. Acrescentaram que a separação entre a “proteção básica” e “proteção especial” faz com que os profissionais possam estar atentos às suas especificidades, aumentando a eficácia de cada uma. Tocaram no ponto crítico referente aos desafios e as dificuldades na implementação dessa política, ressaltando o papel do Estado.

Quando perguntamos se acreditavam nessas políticas e ações hoje implementadas, todas responderam que não. Explicitaram que as políticas sociais são focalizadas no combate à pobreza e desvinculadas da discussão ampla e crítica dos processos sociais na sua totalidade. Vê-se claramente aqui a distância entre o que está no papel e as contradições da prática na realidade.

Quando perguntamos sobre as ações implementadas em relação às crianças e aos adolescentes em situação de rua, em geral, as entrevistadas expressaram uma visão limitada dos programas existentes e a possibilidade de outras alternativas. Várias expressaram que, como questão de sobrevivência, é fundamental a existência de programas de transferência de renda.

No que se refere a posições discordantes, todas apontaram as “operações de recolhimento”, ou seja, a prática de recolher crianças e adolescentes. Enfatizaram como isso aparece na contra-mão da legislação e de tudo que está posto nos documentos oficiais das políticas.

Quando perguntamos sobre os desafios das Assistentes Sociais que trabalham com essa população, as entrevistadas enumeraram diversos deles, os quais explicitamos abaixo:

- ✓ Drogas e miséria (como fatores relacionados às mudanças no mundo atual).
- ✓ Dificuldade de articulação com as políticas setoriais, Judiciário e Conselhos Tutelares. Essa falta de articulação gera dificuldade em realizar o encaminhamento de demandas específicas, e assim desenvolver um trabalho de qualidade. Muitas colocaram que possuem a sensação de que trabalham sozinhas e de forma isolada, pois as instâncias que deveriam prestar apoio só se fazem presentes de forma reguladora e punitiva.
- ✓ Baixa participação no controle social e despolitização da sociedade civil.
- ✓ Dificuldade na interlocução com as instituições que atendem a esse tipo de população. Mais uma vez, o trabalho isolado.
- ✓ Desresponsabilização da família e falta de apoio às mesmas..

Especificadamente relacionado ao trabalho na Central de Recepção foram apontadas as seguintes questões tidas como problemáticas:

1- Conselhos Tutelares, que não acompanham efetivamente os casos e contam com candidatos a conselheiros como ponte para uma futura carreira política. Indicou-se ainda a suspeita de cumplicidade com o narcotráfico em alguns casos. Quando este órgão foi criado tinha-se em mente que eles teriam acesso à população que residia em comunidades. Hoje é comum ouvir de conselheiros que, dependendo do horário e do dia, não podem ir a algumas comunidades ou que “não tem mais nada para fazer sobre esse caso” ou “é abrigar e esperar chegar a maior idade”. Só isso: determinação de abrigamento como o fim do caso, ou seja, uma contradição em relação ao que afirma o Estatuto. A determinação de abrigamento encerra o caso.

2- Nos próprios equipamentos de alta complexidade : os abrigos conveniados gostam de escolher o menino com o qual vai trabalhar. Conclusão: o menino problemático, sem vínculos familiares e comunitários, em situação de rua, em risco

de morte e usuário de substância psicoativa não sustenta uma Central de Recepção e toda sua complexidade (operações policiais, encaminhamentos do Degase etc). Consequentemente, ele evade.

3- Na falta de preparo dos Assistentes Sociais: segundo as entrevistadas, para muitas delas, esse foi o primeiro emprego e não foi escolhido. Isso significa que, em alguns casos, realizaram concurso para a área da Saúde e foram convocadas para a área da Assistência. A maior parte não possui experiência nessa área e tem que aprender, fazendo. Alegaram que não é oferecido em larga escala curso de atualização e discussão aprofundada da prática cotidiana.

Foram destacados como os maiores desafios para o exercício da profissão os itens abaixo, alguns dos quais estão relacionados aos temas acima abordados.

4.7. A questão da Abordagem

Nas entrevistas realizadas, esse foi ponto chamou a atenção e foi muito discutido pelas assistentes sociais entrevistadas. Foi colocado que em suas experiências, algumas delas lembraram de outras abordagens diferentes. Lembraram do projeto “Me cansei de lero-lero” e o “Projeto Damas”, realizados pela Prefeitura. Os projetos focavam um público mais específico (voltado para prostituição infantil e para homossexuais) e através disso conseguia-se maior adesão devido ao vínculo que essa criança e/ou adolescente fazia com a equipe de abordagem, antes de apresentar a Central de recepção como uma opção de saída das ruas. Então, sua vinda para a Central de Recepção se dava através do convencimento.

Atualmente as abordagens na rua não têm mais um perfil específico, englobando assim, qualquer criança/ adolescente que se encontra em situação de rua. Essas são mais conhecidas como “operações”.

Essas “operações” têm utilizado metodologias que variam entre o convencimento e a força, uma vez que em algumas situações possuem apoio da força policial. Cabe ressaltar que não só o município é responsável por essas ações de recolhimento. O Governo do Estado também tem realizado algumas dessas incursões, chamadas de “operações de ordem urbana”. Temos percebido que essas ações acontecem de forma mais sistemática através do poder estatal, representado pela FIA (Fundação para a Infância e Adolescência), onde temos relatos de alguns adolescentes que foram trazidos contra a sua vontade e, nesses casos, fica evidente a não adesão às propostas oferecidas e eles evadem assim que chegam. Alguns ainda permanecem no espaço para fazer sua higiene e se alimentar, outros, nem isso.

Segundo depoimentos das assistentes sociais entrevistadas:

“Veja se é possível. Como controlar um menino que é retirado à força da rua e não quer vir para a Central? Por isso que chega aqui e quer quebrar tudo, bater, fica revoltado e depois é a gente que tem que dar conta disso” (AS1)

“Atendi um menino que chegou aqui querendo tomar banho de piscina e jogar videogame. Então chega aqui e falamos que isso não existe aqui, fica revoltado com a gente e evade em seguida.” (AS2)

As “operações” servem também para desmobilizar o grupo, pois percebemos que após um período de grandes intervalos sem essas ações, têm acontecido eventos que os colocam em maior risco de morte. Parece predominar a idéia de que quando o poder público não se faz presente, outro poder se coloca. Podemos citar como exemplo o incêndio criminoso que aconteceu embaixo de um viaduto na área da Leopoldina que causou a morte de dois adolescentes. Esse incêndio se deu após briga entre os próprios jovens que utilizavam aquele espaço como “moradia e/ou esconderijo”.

Contudo, com o advento do *crack*, nos perguntamos se as “operações” não são um mal necessário, uma vez que com o grau de dependência em que se encontram, essa não seria uma forma de lhes apresentar outro espaço, uma possibilidade de mudança? O ideal é que a rede de proteção e seus programas fossem capazes de retirar essas crianças das ruas apresentando outras possibilidades, e que a demanda fosse proporcional aos recursos oferecidos.

4.8. Falta de retaguarda

Esse ponto foi citado por todas as entrevistadas como umas das principais dificuldades do trabalho. Elas falaram sobre a falta de retaguarda no que se refere às vagas em abrigos e/ou casas de passagens e acesso a outros serviços na rede. Ressalta-se que não nos referimos somente à rede de assistência, mas também aos serviços de educação e saúde.

O trabalho na Central de Recepção por vezes é dificultado ou não se configura em sua plenitude por uma dificuldade de acesso à rede de serviços. Observamos que quando um usuário chega no equipamento nos deparamos com a pergunta: “Para onde encaminhar?” ou quando é realizado o levantamento de vagas diário, a frase que mais escutamos é: “Não temos vagas”. A situação é tão grave que para evitar um inchaço na Central de Recepção foi criado, mesmo que de maneira informal, a modalidade de “abrigamento emergencial”, que significa o mesmo que “pernoite”. As crianças ou os adolescentes são encaminhados apenas para dormir no abrigo ou casa de passagem e na manhã seguinte são levados de volta para a Central de Recepção até que possam ser encaminhados para uma vaga ou sejam tomadas outras providências. A vantagem desta modalidade é poder iniciar um “namoro” entre o usuário e o Centro de Acolhida, para tentar assim, evitar a não aderência da criança ou adolescente ao abrigo.

O tempo dentro de uma Central de Recepção é diferente do tempo em outros equipamentos, como por exemplo, na educação. Quando realizamos um contato com alguma escola, em busca de uma informação ou documento de algum usuário nos deparamos com problemas do tipo: não pode dar informações por telefone, não há aparelhos de fax ou o responsável para autorizar a divulgação da informação não está. O sistema não é informatizado, fato que às vezes demanda um longo período de tempo para procurar tal informação, etc. E com isso é possível que a criança ou adolescente não se encontre mais com essa informação e, assim deixou-se de fazer um encaminhamento.

Nas palavras de uma das entrevistadas:

“Como é possível realizar um trabalho se não há vaga nos abrigos para encaminhar? Temos que ficar implorando uma vaga ou mesmo um pernoite.” (AS3)

4.9.Falta de intra-estrutura

Outro ponto citado foi a nossa própria falta de estrutura. “Como é possível ter um serviço de qualidade se não há equipamento adequado, se tudo está sucateado?” (ASX).

Os equipamentos da Prefeitura são mantidos com verbas que chegam através de convênio com ONG’s. A prefeitura repassa o dinheiro para essas ONG’s e se responsabilizam em manter determinado equipamento. Elas são responsáveis desde a contratação de pessoal, compra de materiais de limpeza e escritório, à compra semanal de alimentos.

O que vemos é que essa verba não é suficiente e ainda esbarramos no problema que alguns tipos de materiais não podem ser comprados pelo convênio e devem ser mantidos pela própria Prefeitura, como é o caso dos bens permanentes que são inventariados e não podem ser substituídos de forma simples. E também pela a conservação dos prédios onde são localizados os equipamentos. Muitos são antigos e precisam de reforma. Como afirmam duas das entrevistadas:

“Tenho a sensação que estou no tempo das cavernas onde o carbono é indispensável e computador parece peça de museu” (AS4)

“... você chega no seu local de trabalho e tem certeza que está no século XIX, os computadores não funcionam, tudo é feito à mão com papel carbono, as condições sanitárias são precárias, móveis de escritório deteriorados, ou há ausência deles, não há cadeiras, o material de escritório é escasso e sendo assim temos “caixinha” para Xerox e até papel higiênico !” (AS1)

4.10. O mundo das drogas: a grande incógnita?

O novo perfil dos/as meninos/as em situação de rua

“O que fazer?”

Esse ponto foi o mais tocado pelas entrevistadas e considerado o grande desafio do trabalho com as crianças e adolescentes em situação de rua. Ele está diretamente relacionado a uma das questões que destacamos nesta dissertação, ou seja, a existência de um novo perfil de crianças e adolescentes em situação de rua. Elas destacam a dificuldade de ser trabalhar com as crianças e adolescentes sob os efeitos das drogas. Ressaltaram os obstáculos em lidar com efeitos devastadores que as drogas, em especial do crack, causam nas vidas dessas pessoas que, na maioria das vezes são crianças. As entrevistadas destacam a sua impotência profissional diante de um quadro tão grave. Chegando a citar casos de crianças que estão sendo consumidas pela droga, consumidas física e psiquicamente. Nas palavras das entrevistadas:

“Recebi o João, fiquei com pena dele e sem saber o que fazer? Ele tinha 11 anos e parecia uma criança de 5 anos de tão pequeno e magro, caído no chão como se fosse lixo. Esse menino vai morrer! Temos que fazer alguma coisa, mas o quê?” (AS6)

“Você se lembra do Pedro? Lembra como era grande e forte. Outro dia chegou aqui em uma dessas operações, estava pele e osso, não falava coisa com coisa. Minha impressão é que seu cérebro virou mingau.” (AS7)

“Lembra do caso do Marcos? Como contar ao seu pai que ele está morto, foi assassinado na Leopoldina devido à briga de traficantes? Esse pai tentou tantas coisas para afastar o filho das drogas, até ir na 2ªVIJ para pedir que prendessem o menino ele fez...Perdemos a briga para o crack, e o pior que esse não foi o primeiro e não será o último!” (AS1)

Este tema vem sendo destacado na literatura como da maior importância. Discuto, em especial, algumas abordagens discutidas em um estudo desenvolvido por Dowdney (2003). O autor afirma que, apesar de crianças e adolescentes sempre terem

estado envolvidos com o tráfico, atualmente, essa relação em comunidades de favela é mais intensa do que nunca. Mesmo antes das mudanças no comércio de varejo da droga no Rio, no início e meados dos anos 80, crianças já estavam envolvidas, em níveis variados, na venda de drogas no interior da comunidade. Empregar ou não crianças no tráfico no período antes das facções dependia de quem vendia drogas na comunidade e de sua opção pessoal sobre a utilização de trabalho infantil. Tem-se afirmado que não se empregavam crianças no tráfico em nenhuma função naquele tempo. Ainda que isso fosse o caso em algumas favelas por vontade de algum revendedor local, a realidade é que eram empregados com menos frequência do que hoje, do mesmo modo que eram empregados como *olheiros* do *jogo do bicho* nos anos 60 e 70, as crianças também eram empregadas como *olheiros*, mensageiros ou *aviõezinhos* (transportadores de droga) por traficantes naquele mesmo período. Ainda que empregadas antes do surgimento das facções, as crianças não eram armadas e costumavam receber “presentes” em vez de dinheiro, ou um salário fixo, em troca de seus serviços.

Segundo Dowdney (2003) as mudanças no comércio de drogas nos anos 80 são, em parte, responsáveis pelo aumento do emprego de crianças desde aquele tempo. Uma dessas mudanças, a chegada da cocaína no mercado de varejo, aumentou radicalmente a rentabilidade do comércio de drogas e, em consequência, reestruturou as relações de trabalho para as crianças, que anteriormente recebiam “presentes” em troca de trabalho. Além disso, as crianças começaram a ocupar outras funções e sua situação de emprego mais elevada passou a exigir que fossem pagas em dinheiro.

Dowdney (2003) apresenta em seu livro, “Crianças do tráfico”, alguns fatores essenciais que facilitaram o aumento do envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico desde o início dos anos 80.

1) “*Menores razões de esperança, de possibilidade de emprego e de opções para os jovens*: O tráfico tem se tornado cada vez mais acessível para crianças e adolescentes desde o início dos anos 80 e mais atraente em razão da ausência de possibilidades alternativas de emprego, de ascensão social, de status e de dinheiro.

2) *Maior aspiração por bens de consumo entre as crianças:* A exigência das crianças de participar da crescente cultura do consumo aumentou com o surgimento de comerciais mais sofisticados na televisão e com campanhas de *marketing* dirigidas a uma população sempre mais jovem.

3) *A normalização e o domínio crescentes do tráfico nas comunidades:* Desde o início dos anos 80, as crianças têm crescido em comunidades faveladas dominadas pelas facções do tráfico. A normalização do tráfico na comunidade durante os últimos 20 anos influenciou sem dúvida o envolvimento crescente de crianças e adolescentes com o comércio da droga.

4) *O surgimento de facções da droga que “aceitam” ativamente a participação de crianças:* O surgimento das facções da droga no início dos anos 80 ocorreu, em parte, como resultado da entrada de cocaína a preço acessível, em larga escala, no mercado de varejo da droga no Rio, da demanda maior dos consumidores pela droga e de sua maior rentabilidade.”

Hoje a rua se apresenta para muitos adolescentes e adultos, como uma possibilidade de continuar vivo diante do “êxodo do tráfico⁵”. Muitos deles se envolvem com o tráfico, pela dinâmica do local de moradia e pela ausência do Estado nos bairros empobrecidos, situados na periferia do município e na Baixada Fluminense. Eles são expulsos dos morros e das favelas por não estarem preparados para lidar com a cultura e as contradições decorrentes do comércio ilegal ou as próprias leis do tráfico de entorpecentes (Dowdney, 2003).

Dowdney (2003) explica que a identidade de muitos adolescentes fica marcada pela área de procedência e com a tentativa de demarcação de territórios, àqueles considerados da área de “terceiro” (Terceiro Comando), sofrem sérias represálias quando assistidos juntamente com os adolescentes que se auto intitulam da área de “comando” (Comando Vermelho) e vice-versa.

5 Sem maior rigor, ou pretensão qualificar detalhadamente o fenômeno do “êxodo rural”, podemos dizer que consistia na expulsão dos trabalhadores rurais no campo, que migravam para os centros urbanos, na busca da sobrevivência, pois não tinham assistência social adequada, tampouco condições objetivas para trabalhar.

Por exemplo, adolescentes oriundos do morro da Mangueira (onde o comércio ilegal de drogas é dominado pelo CV) não ficam nos mesmos lugares daqueles oriundos do morro dos Macacos (onde o comércio é dominado pelo TC). As diferenças não param por aí, as roupas escolhidas pelos adolescentes, privilegiam determinadas grifes e determinadas cores, assim como as gírias utilizadas também os diferenciam.

A complexidade desta questão estabelece novos modos de vida e de hábitos e quem não se adequar com esta “pedagogia” arrisca-se de forma variada. A noção de pertencimento a um determinado grupo, a uma facção ou “à comunidade” contraditoriamente fortalece os laços sociais e a segurança de quem vive em condições tão adversas. Por isso, o recorte do espaço urbano delimita a circulação de segmentos sociais e apresenta aos moradores de determinadas áreas, o risco iminente da intolerância ao diferente, de ser confundido como um inimigo ou “alemão”⁶.

Estes aspectos reiteram um espectro de insegurança e medo, que redimensiona o eixo da relação família, escola e sociedade e o papel preponderante da escola na interpretação de uma nova cultura. Ela sinaliza também um conteúdo complexo e original de cultura e lazer, em espaços menos regulados que o espaço da escola, da família ou da instituição, próprios da faixa etária; de gostos musicais (um dos elementos principais de diversão); das maneiras de vestir, falar gírias e outras expressões, como possibilidade de dar visibilidade à identidade social; a criação de códigos e símbolos particulares (Dowdney, 2003).

Atualmente observamos um fato novo onde as políticas públicas ainda não são capazes de dar respostas concretas a este fenômeno. Trata-se da chegada do *crack*⁷ no Rio de Janeiro e o seu uso entre a população de rua, sobretudo entre as crianças e adolescentes. Percebemos principalmente seu uso pela população mais jovem.

Vemos que não é uma droga muito barata, custa aproximadamente R\$ 10,00 a pedra, mas é uma droga que causa dependência química muito rápida, levando ao

⁶ Sinônimo de rival, inimigo, com provável origem na cultura decorrente das grandes guerras mundiais.

⁷ Crack é uma droga derivada da cocaína.

usuário a um estado deplorável (suas características são, entre outras, o extremo emagrecimento e alienação mental). Para conseguir a droga as crianças e adolescentes passam a cometer pequenos furtos e a se prostituir.

O que não significa dizer que o *crack* não seja vendido dentro das comunidades. De acordo com relato de uma educadora social que trabalha na abordagem de rua, o uso desta droga durante o período dos Jogos Pan-Americanos, que aconteceu em julho de 2007 no Rio de Janeiro, foi muito grande. As crianças e adolescentes estavam consumindo *crack* dentro das comunidades e o efeito da droga era tão devastador que eles não conseguiam sair de lá. Por isso que se percebeu um esvaziamento dos espaços públicos normalmente usados por esta população, como: abrigos, centrais de recepção e equipamentos do DEGASE. Ligado a isso, temos também o forte policiamento nas ruas e uma suspeita de que grupos de extermínio estavam assassinando as crianças em situação de rua.

No Rio de Janeiro, o principal lugar de venda e consumo está localizado na área da Rodoviária Novo Rio, que está sendo conhecida como a “*crackcolândia* do Rio”, em alusão ao mesmo local no estado de São Paulo e a área do Centro do Rio, mais conhecido como Leopoldina, onde um jovem, ex-menino de rua, por causa de briga sobre divisão de produtos roubados, ateou fogo num grupo de seis adolescentes que dormiam embaixo de um viaduto. Neste local costuma ocorrer acertos de contas entre grupos rivais, que também os leva à morte. É nessa área que o poder público tem intensificado o número de abordagens e “operações” no intuito de protegê-los, porém, sem muita eficácia.

Atualmente, o panorama que encontramos é de um grande grupo de crianças e adolescentes em situação de rua já completamente dependente desta droga, que possui um efeito devastador. Os mesmos chegam aos equipamentos, quando conseguem chegar, muito magros, sujos e, por vezes, com debilidade em seu lado cognitivo. Essas crianças e adolescentes não conseguem sustentar o dia-a-dia dentro de uma Central de Recepção ou mesmo de um abrigo. Na maioria das vezes chegam, dormem, comem e evadem em busca da droga. Os que tentam resistir sofrem os efeitos causados por esta, como convulsão, fissura, agressividade e depressão.

Um dos aspectos mais difíceis para este profissional é ver o aumento do consumo do *crack* pelas crianças (ou seja, abaixo dos 12 anos) e observar que elas se expõem à diversas situações que você, enquanto técnico não tem o poder para impedir. Como por exemplo: roubos e furtos, tráfico e exploração sexual (prostituição). Fato que os têm levado a óbitos de forma violenta, como já dito anteriormente. Obtivemos relatos de crianças e adolescentes que passaram por toda uma rede de assistência e esta não conseguiu dar conta dessa situação e depois soubemos que foram mortos de forma violenta.

E assim, os profissionais permanecem com a grande pergunta: “O que fazer?”. Foram muitos os desafios apontados pelas assistentes sociais e muitas as perguntas que demandam respostas inovadoras para que a atuação junto à população infantil e juvenil em situação de rua seja efetivamente atendida.